

A Documentação Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Proposta de Descrição Arquivística

The Musical Documentation of the Archive of the Brotherhood of the Clerigs of Porto: Proposal of Archival Description

FRANCISCO OLIVEIRA CYMBRON FURTADO CABRAL

Estudante na FCSH

Universidade Nova de Lisboa e ESMAE

Instituto Politécnico do Porto

franciscocymbron@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7664-2921>

RESUMO

Este artigo procura estabelecer uma ligação entre a música e a ciência da informação, tema ainda relativamente pouco explorado, dada a complexidade da descrição arquivística e a especificidade inerente aos documentos musicais. Para o efeito, foi utilizado como objeto de estudo para este artigo o Acervo Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto. Em 2015, uma equipa de arquivistas organizou e descreveu arquivisticamente a documentação pertencente à Irmandade. Este Acervo Musical pertenceu ao Coro da Irmandade, fundado em 1768, sendo constituído, maioritariamente, por manuscritos musicais e por algumas edições impressas. Para uma melhor compreensão desta documentação, serão abordados vários aspetos tanto a nível histórico, como musical e arquivístico. Alguma da informação aqui publicada é inédita para a Musicologia portuguesa, visto que esta documentação nunca foi alvo de um estudo científico. Das vinte e oito obras musicais que constituem o Acervo Musical, apenas foram identificados três

nomes de compositores, sendo um deles desconhecido no contexto do panorama musical português. São eles: David Perez (1711-1778), António da Silva Leite (1759-1833) e Francisco da Cunha Teles e Meneses (sem informação conhecida). Procura-se, ainda, refletir sobre as ligações entre a música e a arquivística, sublinhando a falta de técnicos especializados em ambas as áreas, para o tratamento de acervos semelhantes, em arquivos públicos e privados. Propõe-se que a música seja encarada apenas como uma diferente tipologia e/ou temática de um documento, não a discriminando e tratando-a como qualquer outro documento de arquivo.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística histórica; Irmandade dos Clérigos; Música.

ABSTRACT

This text tries to establish a connection between music and information science, a subject still little explored due to the complexity of the archival description and the inherent specificity of documents of a musical nature. For this purpose, the study object used for this work was the Music Collection of the Irmandade dos Clérigos Archive of Oporto (Brotherhood of Clerics Archive of Oporto). In 2015, a team of archivists organised and described archivistically all the documents about the actions of the Brotherhood. This Music Collection belonged to the Brotherhood Choir, founded in 1768, and was mainly constituted by music manuscripts and some printed editions. In this article, and for a better understanding of these documents, several aspects at a historical level as well as musical and archivist level will be studied. Some of the information published here is unprecedented in Portuguese Musicology, as these documents have never been scientifically studied. From the twenty-eight pieces of music which constitute this Music Collection, only three names of composers were identified, one of them being unknown in the Portuguese music context. They are David Perez (1711-1778), António da Silva Leite (1759-1833) and Francisco da Cunha Teles e Meneses (without known information). Thus, this report also has the purpose of reflecting on the connections between music and archives, pointing out the lack of technicians specialized in both areas, for the treatment of similar collections in public and private archives. We propose that music is faced only as a different typology and/or subject of a document, not discriminating against and treating it as any other archive document.

KEYWORDS: Historical archival science; Irmandade dos Clérigos; Music.

Introdução

O Acervo Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto consiste num conjunto de 72 documentos de música sacra oitocentista. Este arquivo, que já se encontrava quase totalmente descrito por uma equipa coordenada pela Professora Doutora Helena Osswald, encontra-se atualmente em depósito no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia (Casa da Prelada) e tem cerca de 16 metros lineares. A documentação do funcionamento da Irmandade foi descrita pela equipa, criando-se secções para o efeito, tendo ficado de fora da descrição cerca de 72 documentos musicais. Dentro da conceção sistémica da informação, pode entender-se esta documentação musical como distinta da restante documentação da Irmandade, sendo essa realmente produzida para atestar, controlar e dar conta da vida dessa entidade e, por isso, colocada pelo cartorário com uma determinada ordem nos armários do Cartório e as partituras, manuscritas ou não, do lado da biblioteca da entidade.

O acervo musical é constituído maioritariamente por partituras manuscritas e por duas edições impressas. Entre os manuscritos, identificamos diversas obras sacras dos vários tempos do calendário litúrgico, nomeadamente para vozes e órgão (ou baixo contínuo), e conseguimos identificar três compositores, David Perez, António da Silva Leite e Francisco da Cunha Teles e Meneses.

Estado da Arte

Este acervo documental contém obras sacras escritas ou copiadas nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, sendo que nessa época as missas e outras celebrações eram cantadas em latim, segundo o rito tridentino, o que só veio a ser alterado entre 1962-1966 na sequência do Concílio Vaticano II. Partindo desse pressuposto e do âmbito deste artigo, foi decidido dividir o estado da arte em duas partes: a música e a arquivística. Para a pesquisa sobre a música, partimos da que era praticada no Porto, especialmente na Irmandade dos Clérigos, sendo assim possível perceber que, nessa irmandade havia muita atividade musical, nomeadamente nos períodos de festa do Natal, Semana Santa e Pentecostes. Como o foco de estudo deste artigo não seria a música praticada na Irmandade dos Clérigos, mas sim uma proposta de descrição arquivística deste conjunto documental, teve-se o cuidado de saber o que as fontes nos diziam sobre as normas arquivísticas e como aplicá-las à música.

Da bibliografia consultada do contexto musical, destacam-se alguns autores que trabalharam estas áreas: Ana Sofia Saraiva (2018), que teorizou sobre os Responsórios, faz uma explicação sobre as Matinas da Semana Santa e as Lamentações do Profeta Jeremias e uma explanação de como a música era tocada nesse período litúrgico.

Nesta dissertação, destacamos a tradução e o texto integral em latim dos responsórios dos três dias Santos. Outro trabalho muito relevante é o artigo de Daniel Nery (2017) no qual o autor explica a música litúrgica do período do Natal, de forma bem estruturada e simples, com tradução e texto em latim de um conjunto de oito Responsórios cantados no dia de Natal.

Uma vez que existem obras de compositores conhecidos, pesquisamos a vida e obra dos que compuseram as obras musicais deste arquivo, utilizando para isso diversos trabalhos de José Bettencourt da Câmara, Cristina Fernandes, Manuel Carlos de Brito e Rui Vieira Nery. Estes artigos ajudaram a compreender melhor a história da música em Portugal nesse período temporal e a perceber a função da música nas Irmandades religiosas. O artigo de José Bettencourt da Câmara (2009), é uma fonte importante para o estudo da música religiosa e profana composta no Portugal oitocentista. Neste trabalho, o autor faz uma grande referência a coleções de Manuscritos musicais existentes nas Ilhas de São Miguel e Terceira, dos Açores. Estas coleções são fundamentais para a compreensão do tipo de música e dos compositores que passavam pelo Continente e ilhas.

Outra obra a referir é o livro coordenado por Jorge Alexandre Costa, onde destacamos os artigos de Manuel Carlos de Brito (2015, pp. 123-160), fonte de variadas informações acerca dos compositores e do tipo de música que se fazia em Lisboa nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, assim como o artigo de Rui Vieira Nery (2015, pp. 17-82), onde nos é apresentada uma panorâmica da música portuguesa nos séculos XVI e XVII.

Para a pesquisa sobre a descrição arquivística, para além dos trabalhos inevitáveis de Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro e Maria de Lurdes Rosa, consultou-se outras obras que versam sobre a catalogação de música. Refiro-me aos trabalhos de Maria Clara Assunção e Ana Caeiro. A dissertação de mestrado de Maria Clara Assunção (2005), faz uma primeira abordagem à relação entre a música e a arquivística, questão muito interessante e ainda muito pouco explorada, onde pretende conjugar as regras de catalogação musical que se utilizam em bibliotecas, normalmente demasiado genéricas, com o que os musicólogos utilizam, demasiado complexas para um público leigo em música. Já a dissertação de Ana Caeiro (2015), faz um interessante debate sobre se os documentos musicais manuscritos

deveriam pertencer a um arquivo ou a uma biblioteca, e qual a forma mais adequada de os descrever.

O catálogo *Fundo Musical: século XVI ao século XIX* (1995), coordenado por Francisco d'Orey Manoel, com a colaboração do musicólogo José Maria Pedrosa Cardoso, é um trabalho fundamental para a catalogação e descrição arquivística de música sacra, incluindo livros de coro, com notação mensural, publicados pela Igreja Católica. O catálogo que se refere às obras da Irmandade de São Roque de Lisboa contém descrição arquivística de documentos musicais, nomeadamente de obras sacras manuscritas, como os Antifonários e Breviários editados no século XVIII. Há que referir que neste catálogo descreve-se de forma detalhada as características físicas dos documentos, assim como o tipo de material utilizado em certos documentos.

Para a descrição arquivística do arquivo da Irmandade dos Clérigos, os dois trabalhos publicados pela equipa liderada pela Professora Doutora Helena Osswald são do maior interesse e detalhe, indispensáveis para o trabalho que elaboramos. Trata-se do *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental nº 7* (Alves, Moreira & Costa, 2017), e o projeto *Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto* (2015), publicados por Ana Moreira, Patrícia Alves e Patrícia Costa.

Não podemos deixar de mencionar dois documentos que são muito importantes para este trabalho, por serem diretamente ligados à Irmandade dos Clérigos do Porto: o inventário de Maria Adelaide de Meirelles, de 1975, que é um dos primeiros inventários feitos ao arquivo daquela instituição, e o livro de Xavier Coutinho, de 1965, que contém a história e cronologia da Irmandade dos Clérigos do Porto, também como informações sobre a sua arquitetura.

A Irmandade dos Clérigos do Porto

Breve contextualização

A Irmandade dos Clérigos do Porto foi fundada a 18 de abril de 1707 (Alves, Moreira & Costa, 2017, p. 15), resultando da fusão de três confrarias já existentes, a Confraria dos Clérigos Pobres de Nossa Senhora da Misericórdia (1635 a 1665), a Confraria dos Clérigos de São Pedro *ad Vincula* (1654 a 1707) e a Congregação de São Filipe Néri (1666 a 1707). Estas três instituições tinham como principal objetivo e missão o apoio aos padres da cidade, caso

estivessem doentes, na pobreza ou próximos da morte. Estas confrarias dependiam do número de irmãos e da estabilidade financeira que esses irmãos lhe podiam dar, através de pagamento de quotas.

Com a fusão de 1707, oficializada por Breve Pontifício do Papa Clemente XI, (Alves, Moreira & Costa, 2017), foi criada a Irmandade do Socorro dos Clérigos Pobres do Porto. Foi instalada originalmente na igreja da Santa Casa da Misericórdia, do Porto, onde já as três confrarias, acima mencionadas, estavam sediadas. Com o passar do tempo, a Irmandade dos Clérigos passou a ter novos estatutos e um brasão, que ainda hoje representa a Irmandade dos Clérigos do Porto e que conjuga o monograma de Maria (AM), as chaves e a tiara papal de São Pedro, e a açucena de São Filipe Néri.

Só a 28 de março de 1748, a Irmandade se mudou definitivamente para a sua sede, a Igreja dos Clérigos. Esta nova igreja e o edifício contíguo foram construídos num terreno doado, sendo que as obras começaram em 1732 e deram lugar ao famoso edifício e torre, projetados pelo arquiteto Nicolau Nasoni (1691-1773) (Martins, 2019). No Breve Pontifício foi também concedida a esta nova Irmandade a exclusividade, numa légua de circunferência da cidade, de forma a garantir o estabelecimento e progresso da mesma. A assistência era sobretudo dada a clérigos doentes e moribundos, que necessitavam tanto de apoio material como espiritual. A assistência aos enfermos era praticada a nível domiciliário, mas também no Hospital da Irmandade, fundado em 1786, com esse objetivo específico e reforçado pela criação de um fundo próprio.

Estrutura orgânico-funcional da Irmandade

Nos *Estatutos da Irmandade de 1782*, previa-se que existisse uma Mesa de direção, que era o órgão central de administração, constituída pelos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Ex-secretário, Tesoureiros e Deputados. O cargo de Presidente era normalmente ocupado pelo Bispo do Porto (em funções). Para além da mesa da direção, existiam: a) um Procurador Fiscal, que tinha como função zelar pelo cumprimento das disposições testamentárias e legados e cuidar da cobrança de dívidas; b) um Procurador Agente, que era a pessoa que fazia os negócios em nome da Irmandade, respondendo perante a Mesa e o Procurador Fiscal; c) o Advogado, que tratava das questões jurídicas e legais; d) os Procuradores, que deveriam ser irmãos eclesiásticos, encarregados da fiscalização da assistência e da imagem pública da Irmandade; e e) os Zeladores, que estabeleciam a ligação

entre a Irmandade e os seus Irmãos. Desde 1940 que a estrutura foi simplificada, adquirindo o formato refletido nas secções do Fundo — Mesa, Sacristia, Hospital e Coro. Para além da Mesa, também existe uma Assembleia Geral, formada por todos os irmãos efetivos e presidida por um presidente próprio. É este órgão que tem o poder de convocar eleições para a Mesa e de a dissolver. A Igreja e Sacristia são o sector central da vida religiosa da Irmandade. Após a instituição do Coro, em 1762, todos os atos de culto passaram a ser realizados por este setor. A figura central da Igreja e Sacristia era o Tesoureiro, que deveria ser um irmão presbítero. Era nomeado pela Mesa e a sua função era zelar por tudo o que pertencia e dizia respeito ao culto.

O Hospital da Irmandade (Santos, 2015), tinha como missão socorrer os clérigos pobres e doentes da cidade, incluindo padres que não eram irmãos, e estava sob direta superintendência do Presidente da Mesa. A fiscalização do Hospital era incumbência de um Deputado da Mesa, que durante os meses em que exercia a função era designado por “Mordomo do Hospital”.

Por fim, o Coro da Irmandade, criado em 1762, tinha por responsabilidade realizar o culto divino e o objetivo de cantar/tocar nas missas e celebrações realizadas na Igreja da Irmandade. O Coro era constituído pelo Capelão-mor, o Mestre-de-Cerimónias, o Apontador do Coro, o capelão Cantor, o Tesoureiro da Igreja e da Sacristia, o Organista, o Foleiro (que dava ao fole do órgão), o Sineiro e os meninos do Coro.

A Liturgia

Desde sempre que a música e a liturgia estão interligadas. Em resultado das diferentes variantes e ritos litúrgicos, a Igreja Católica, por volta dos séculos VI-VII, sentiu necessidade de unificar o canto litúrgico. Foi no pontificado do papa São Gregório I (590-604), que se deram essas modificações e a uniformização do canto litúrgico. As alterações e inovações realizadas pelo papa São Gregório I causaram tal admiração que se criou, num contexto pictórico, uma lenda pretendendo que ele compusera todas as melodias do rito romano com a ajuda de inspiração divina, do Espírito Santo que lhe teria aparecido sob a forma de pomba e cantado ao ouvido as melodias. A prática que nessa altura foi definida para a organização e realização dos serviços litúrgicos mantém-se até aos nossos dias, tendo sofrido algumas modificações no Concílio Vaticano II (1962-1965), que substituiu o texto em latim pela língua vernácula (embora o latim continue a ser utilizado em alguns mosteiros e conventos) (Gaipo, 2015, pp. 90-92).

O ordenamento do repertório do canto gregoriano, ou cantochão, consta da compilação de: melodias no *Antiphonarium*; textos dos ofícios no *Breviário*; cantos utilizados com mais frequência no *Liber usualis*; e melodias para a missa no *Gradual*. Tanto os cânticos como as leituras são realizados de acordo com o Calendário Litúrgico, que organiza o ano. O calendário divide-se em três anos, A, B e C, e para cada ano é atribuído um evangelista (São Lucas, São Mateus e São Marcos), sendo que São João Evangelista é utilizado nas festas e celebrações mais importantes. Cada um desses anos determina os cânticos a executar de acordo com a celebração do dia.

Dentro desse sistema, o calendário litúrgico é composto de dois ciclos: o Próprio do Tempo e o Próprio dos Santos. No Próprio do Tempo celebram-se os principais eventos da vida de Cristo: o Advento, o Natal, a Quaresma e a Páscoa (ver Figura 1).



Figura 1: Exemplo do Calendário Litúrgico. Fonte: <https://paroquianguadalupe.com.br/calendario-paroquial>

O outro ciclo é o Próprio dos Santos ou o Tempo Comum. Neste período, as festas dos santos ocorrem em datas fixas, que por isso caem em diferentes dias da semana de ano para ano e, por isso, as leituras e os salmos variam consoante os dias e os santos. O Tempo Comum é composto de dois períodos: o primeiro vai do domingo do Batismo à Quaresma e o segundo vai da Trindade ao Advento.

Existem dois principais momentos de culto, o Ofício e a Missa. O Ofício ou Oração das Horas é originário das regras de São Bento. Celebra-se todos os dias a determinadas horas e atualmente só as ordens religiosas as praticam. Os principais momentos do Ofício são: o canto dos salmos (com as

respetivas antífonas); o canto dos hinos e dos cânticos; e a entoação das leituras (com os respetivos responsórios) (ver Tabela 1).

A Missa é o serviço religioso mais importante da Igreja Católica, que celebra a Última Ceia de Cristo através da consagração do pão e do vinho. Os textos de certas partes da Missa são invariáveis — o Ordinário — e outros são variáveis — o Próprio (*Proprium missæ*) — de acordo com o já referido calendário litúrgico. O Ordinário segue as seguintes orações: Kyrie, Glória, Credo, Sanctus e Agnus Dei, ao passo que o Próprio segue uma estrutura mais complexa, incluindo: Introito, Gradual, Aleluia ou Tracto, Sequencia, Ofertório, Sanctus-Benedictus e Comunhão; tudo intercalado com as orações do Ordinário (Gaipo, 2015, pp. 93-95).

Tabela 1: Quadro da Liturgia das Horas. Fonte: Gaipo, 2015, p. 94.

Ofício	Horas do dia
Matinas	Duas/ três horas da manhã
Laudas	Cinco horas da manhã
Prima	Seis horas da manhã
Tercia	Nove horas da manhã
Sexta	Meio-dia
Nona	Três horas da tarde
Véspera	Quatro horas da tarde
Completas	Seis horas da tarde

O Arquivo

História custodial

O arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto, com cerca de 700 unidades de instalação, preserva o fundo da Irmandade (1707 a 1941) e a documentação das extintas confrarias: de Nossa Senhora da Misericórdia (1635 a 1665), de São Pedro *ad Vincula* (1654 a 1707) e de São Filipe Néri (1666 a 1707).

Consciente do valor deste arquivo para diversos estudos — nomeadamente em temáticas relacionadas com religião, ordens e irmandades, entre outras — a Irmandade dos Clérigos do Porto assinou, em 2012, um proto-

colo de cooperação com o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP) para organizar e descrever o acervo. O projeto foi entregue ao CEHR-Porto, a uma equipa constituída pelas Professoras Doutoradas Helena Osswald, como coordenadora, Fernanda Ribeiro, como consultora, e pelas arquivistas Ana Moreira, Patrícia Alves e Patrícia Costa, para inventariar, organizar, digitalizar, salvaguardar e divulgar a documentação produzida, incorporada e acumulada pela instituição. Um passo que a equipa entendeu fundamental para a difusão do arquivo e da história da Irmandade foi a digitalização completa do acervo, o que permitiu uma melhor consulta do mesmo e a sua preservação. No final desse trabalho pretendeu-se elaborar uma monografia sobre a Irmandade, tendo por base o Inventário de Maria Adelaide Meireles (1975).

Em dezembro de 2013, o Arquivo da Irmandade dos Clérigos foi transferido da Sala do Cartório (situado na Torre dos Clérigos) para o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (sito na Casa da Prelada). Na Casa da Prelada, todo o arquivo foi alvo de uma desinfestação, para se proceder ao tratamento arquivístico. Sabe-se atualmente que o arquivo tem 94.025 páginas digitalizada, entre livros, maços e cadernos, de tamanhos que variam de A1 a A5. Em 2014, foi decidido utilizar como base de dados para a descrição arquivística um *software* em *open access*, sendo escolhido o AtoM (*Access to Memory*). Atualmente é possível encontrar a informação *online*, na PAPIR (Plataforma de Arquivos Pessoas e de Instituições Religiosas)¹.

A Música

A documentação musical deste arquivo da Irmandade dos Clérigos é constituída maioritariamente por partituras musicais manuscritas de música sacra. Existem apenas dois livros antigos que constituem a série das Partituras Impressas. Os setenta documentos musicais são, muitos deles, partes vocais/instrumentais de uma obra comum², a qual será descrita como um documento composto e cada uma das partes da obra (partes separadas vocais ou instrumentais) serão descritas como documentos simples.

¹ O inventário do arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto, acompanhado dos documentos em suporte digital, pode ser consultado em <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/irmandade-dos-clerigos-do-porto-5> (consultado a 18 de setembro de 2023).

² Por exemplo, uma missa é composta por quatro partes vocais (soprano, alto, tenor e baixo) e a parte do órgão, todas estas partes contam de cinco documentos.

Os dois géneros predominantes neste acervo são as Antífonas e os Responsórios. A Antífona é uma peça musical constituída por dois momentos distintos, antífona e salmo. A frase da antífona, com melodia própria, é repetida a seguir a cada versículo do salmo. É o modo composicional preferencial para a execução de salmos e hinos. A sua execução consistia na alternância dos versículos dos salmos, distribuído por dois grupos vocais, e a antífona cantada por todos (coro e solistas).

O Responsório é a forma de canto litúrgico onde o solista entoava versos que são respondidos pelo coro. A maioria dos responsórios tem um verso único e curto, que serve de refrão entre as intervenções do solista. No caso da música da Irmandade dos Clérigos, encontramos Responsórios nas Matinas do Dia de Natal e nos Ofícios dos dias da Semana Santa (Castagna, 2013, pp. 1-10). A música e o texto litúrgico para o Tríduo Pascal (três dias centrais da Semana Santa), têm como objetivo fazer reviver a Paixão de Cristo. O Ofício das Trevas ou Lições de *Tenebrae* são compostas pelas Matinas e Laudas do Tríduo. O serviço da manhã contém 14 salmos, antífonas e responsórios. Apesar dos três dias terem características comuns, cada celebração é única. Por exemplo, as Matinas de Quinta-feira Santa duravam três horas e eram compostas por três noturnos, contendo cada um — três antífonas, três salmos e três responsórios. “Os textos das lições do primeiro noturno eram versos retirados de um dos capítulos das Lamentações do Profeta Jeremias” (Saraiva, 2018, pp. 16-18).

Quadro de Classificação

O fundo da Irmandade dos Clérigos, é constituído por três subfundos, quatro secções, séries e subséries. Os três subfundos são a Confraria dos Clérigos Pobres de Nossa Senhora da Misericórdia (SF/CCPNSM), a Confraria dos Clérigos de São Pedro *ad Vincula* (SF/CCSPV) e a Congregação de São Filipe Néri (SF/CSFN); pelo Fundo da Irmandade dos Clérigos do Porto (F/IC). Este fundo está dividido em quatro secções: a Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/A), a Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/B), o Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/C) e o Coro da Irmandade dos Clérigos do Porto (SC/D). Dentro das quatro secções, a informação está dividida em séries e subséries (ver Anexo 1).

Após consulta do documento em que nos baseamos para as descrições arquivísticas, — *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7* (Alves, Moreira & Costa, 2017)

—, consideramos que a documentação passaria a pertencer à Secção D – Coro da Irmandade dos Clérigos do Porto, adicionando assim duas novas séries: a série 044 – *Partituras Manuscritos*, e a série 045 – *Partituras Impressas*, de forma que o quadro de classificação já estabelecido não sofresse alterações.

Visto que a Irmandade dos Clérigos do Porto continua em funcionamento, a equipa de trabalho decidiu definir um limite cronológico que separasse o arquivo histórico — que ficou disponível para consulta — do arquivo corrente, que continua a ser produzido pela entidade em funções.

Descrição Arquivística

Ao longo do tratamento arquivístico foram analisados 72 documentos musicais, de um total de 27 obras musicais, sendo que para cada um deles foi feita uma descrição arquivística numa folha *Excel* criada para o efeito, a qual continha os campos obrigatórios da norma *ISAD(G)*. Após conclusão da descrição preliminar, toda a informação descrita foi introduzida na *PAPIR*, do CEHR-UCP, estando já disponível *online*.

Todos os documentos foram descritos ao nível do documento composto, desdobrando-se em documentos simples, perfazendo um total de nove documentos compostos, e dentro destes documentos simples, em termos musicais partitura — partes cavas. Estes documentos simples irão seguir a numeração dos documentos compostos, até ao fim da série (ver Anexo 2).

Para o campo Dimensão e Suporte optou-se por descrever da mesma forma que a equipa de trabalho fez na descrição do restante arquivo, já mencionado no documento supra. Por exemplo: *1 livro; [50] fls.; Altura x Largura x Profundidade (cm)*; e para o campo das Características físicas e Requisitos Técnicos e também para o campo das Notas, baseamo-nos novamente no *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7*, (Alves, Moreira & Costa, 2017), referindo sempre se os fólios ou páginas estão numerados e rubricados, e descrevendo ao máximo detalhe o estado de conservação. Para o campo do Nome do produtor, foram criados tantos ficheiros de autoridade³, tantos

³ Foram seguidas as normas da ISAAR. (Conselho Internacional de Arquivos. (2004). *ISAAR: Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. (2.ª ed.). (Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo).

quantos os produtores de cada uma das obras musicais tivessem o máximo de informação possível.

Para todas as obras descritas, no campo do Âmbito e Conteúdo, foi feita uma descrição minuciosa da peça musical, descrevendo os andamentos musicais que dividem a obra, incluindo o *incipit*. Por exemplo: 1º Nocturno – 1º Responsório “Hodie nobis” (Allegro), “Christus natus” (Andante com moto), para se perceber melhor a divisão musical de cada obra. Neste campo foi colocada a informação, bem como a menção de possíveis partes que se perderam no tempo e que fariam parte da obra.

Enquanto músico, é compreensível o quão difícil estes documentos são de descrever, devido à complexidade da escrita musical, à qual se acrescenta a dificuldade de interpretação das partituras dos séculos XVI a XVIII, dada a sua notação musical e o idioma no qual se encontram. Um músico com uma consistente formação musical e com conhecimentos arquivísticos consegue entender a informação presente nos referidos documentos, compreendendo também o tipo de notação, escrita, assim como o tipo de obra.

De um modo geral, um dos problemas das obras musicais destes séculos é a divisão feita em partes (partes vocais e instrumentais). As razões que explicam essa divisão prendem-se com o modo como as partituras foram guardadas (não tendo sido respeitados ou definidos quaisquer critérios na organização da documentação) ou por outras vicissitudes do tempo, que levaram à eliminação (in)voluntária de alguns documentos ou partes, originando, conseqüentemente, a existência de obras incompletas. A separação das várias partes de uma obra musical coloca um desafio praticamente impossível de superar para um arquivista que não entende de música. Citando Ana Caeiro, “apesar da documentação musical possuir características próprias que podem não ser perceptíveis para a maioria dos arquivistas, observa-se que, sendo um documento de natureza arquivística, devem aplicar-se-lhe os mesmos princípios e procedimentos arquivísticos” (2015, p. 19).

Deste modo, para se conseguir detetar as partes musicais em falta em determinadas obras, é necessário ter conhecimentos musicais. Assim como, para se verificar se as partes fazem parte todas da mesma obra, é necessário ver o tipo de caligrafia, as tonalidades, o texto musical e a música em si, procurando ver se corresponde, algo que um arquivista por si só, não consegue.

Toda a informação descrita arquivisticamente encontra-se na PAPIR, para que fique sempre disponível ao público para consultas futuras e para que a informação do arquivo da Irmandade dos Clérigos fique completa. Foram, por fim, introduzidos ficheiros PDF das partituras manuscritas e impressas digitalizadas.

Pode concluir-se que a documentação está em mau estado de conservação, com humidade, vestígios de bibliófagos e mal-acondicionados. A documentação em formato A4 está arquivada em arquivadores não próprios, não tendo revestimento livre de ácido nem capilhas que as pudesse acondicionar de forma adequada. Um ponto importante, e verificado com a documentação física, é que algumas das digitalizações foram mal feitas, sendo que, por exemplo, numa obra que tinha as partes vocais (soprano, alto, tenor e baixo) e a parte do órgão, estavam digitalizadas como estavam arrumadas dentro da parte do órgão (sendo este o caderno), ficando as páginas da parte do órgão umas no início e outras no fim do PDF, e no meio as partes vocais, às vezes também trocadas. Outra crítica que se faz à digitalização é o de ter sido feita sem apanhar as margens e bordas dos documentos, não permitindo perceber o estado de conservação e se as partes estão todas cosidas no mesmo caderno ou não.

Conclusão

O tratamento arquivístico feito a este conjunto documental foi difícil desde o primeiro momento, visto que existiam pouquíssimas fontes sobre esta documentação na Irmandade e, também, da parte das entidades detentoras nunca houve preocupação explícita de se fazer um inventário sumário da música que ali existiu. Contudo, a consulta atenta da documentação (online) permitiu encaixar este acervo nos quadros de classificação, tendo como principal baliza o nível de descrição “Série”, na Secção “Coro”.

Como já referido anteriormente, esta documentação musical é distinta da documentação produzida pela Irmandade, visto não ter implicância para a história, gestão e controlo da Irmandade dos Clérigos. Podemos entender que estas partituras tivessem possivelmente guardadas na biblioteca da entidade ou até mesmo junto do Coro alto da igreja, sendo que o número de documentos musicais que chegou até aos nossos dias pode não corresponder ao fluxo de música cantada nas celebrações na igreja da Irmandade. Com isto, podemos deixar em aberto um debate que já há muito acontece, se os documentos musicais deverão pertencer ao arquivo ou permanecer em bibliotecas. Como já referido no estado da arte, seria interessante bater-se mais o pensamento de Ana Caeiro, sobre a tipologia desta documentação e como descrevê-la e quais as melhores normas para esse fim.

Por fim, é de conhecimento que os arquivos e bibliotecas que contêm música são, por norma, mal descritos e com pouca informação dis-

ponível ao leitor. Para um documentalista sem formação musical, as descrições arquivísticas teriam possivelmente um tratamento arquivístico básico, muito incipiente e com falhas, levando o investigador a ter dificuldade em compreender o conteúdo de um determinado arquivo musical apenas pela sua descrição.

Gostaríamos de sensibilizar os investigadores, os alunos e a comunidade científica especializada em ciências musicais a dedicarem-se ao estudo de arquivos musicais de instituições portuguesas como Irmandades, Congregações religiosas ou instituições com fundos arquivísticos que contenham peças musicais, algo que é normalmente completamente esquecido. Tal como as ciências musicais, a arquivística também poderia ser sensibilizada no que respeita a documentos musicais.

Referências Bibliográficas:

- Alves, P., Moreira, A., & Costa, P. (2017). *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental nº 7*. Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22243/6/IDDs7-InventarioArquivoIrmandadeClerigosPorto.pdf>
- Assunção, M. C. (2005). *Catálogo de documentos musicais escritos: uma abordagem à luz da evolução normativa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15730>
- Brito, M. C. (2015). A Música Portuguesa no século XVIII. In J. A. Costa (Coord.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal* (pp. 123-160). Verso da História.
- Caeiro, A. (2015). *A organização e a descrição de documentos musicais aplicada ao arquivo da Sé de Portalegre* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/15986>
- Câmara, J. B. (2009). A Música em Portugal na primeira metade do século XVIII. *Brotéria*, 168. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2588>
- Castagna, P. (2013, agosto 19-23). *Da Mãe de Deus à Deusa-Mãe: variações textuais nas Matinas da Conceição decorrentes da marianização do catolicismo* [Apresentação em conferência]. XXIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. https://www.researchgate.net/publication/333232572_CASTAGNA_Paulo_Da_Mae_de_Deus_a_Deusa-Mae_variacoes_textuais_nas_Matinas_da_Conceicao_decorrentes_da_marianizacao_do_catolicismo_XXIII_Congresso_da_ANPPOM_Natal_Escola_de_Musica_da_Universidade_Federa
- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2.ª ed.). (Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, trad.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Conselho Internacional De Arquivos. (2004). *ISAAR: Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. (2.ª

- ed.). (Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Coutinho, B. X. (1965). *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos: apontamentos para a sua História*. Câmara Municipal do Porto.
- Gaipo, A. M. (2015). *Sebenta de História da Cultura e das Artes*. Conservatório Regional de Ponta Delgada.
- Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo – Direção-Geral de Arquivos. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª versão). DGARQ. <http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ODA-3%C2%AA-vers%C3%A3o.pdf>
- Manoel, F. O., Silva, N. V., & Cardoso, J. P. (1995). *Fundo Musical: século XVI ao século XIX. Volume II*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Arquivo Histórico/ Biblioteca: Museu de São Roque.
- Martins, A. M. (2019). Arquitetura barroca: cenografia e acústica. In J. Cabeleira, & R. Bernardes, R. (Coord.), *Nasoni, Mateus e a Música de seu Tempo* (pp. 68-77). Lab2PT. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/7592>
- Meireles, M. A. (1975). *Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Inventário Sumário*. [s.i.].
- Moreira, A., Osswald, H., Costa, P., & Alves, P. (2015). O projeto *Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto*. Notas sobre o trabalho da descrição arquivística. *Lusitana Sacra*, 32, 217-240. file:///C:/Users/franc/Downloads/O_projeto_Arquivo_da_Irmandade_dos_Cleri.pdf
- Nery, D. (2007). *Manoel Julião da Silva Ramos: As Matinas de Natal, do contexto social à edição musical* [Apresentação em conferência]. Anais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/musicologia/musicol_DGNery.pdf
- Nery, R. V. (2015). A Música Portuguesa na era da Contra-Reforma: o longo século XVII. In J. A. Costa (Coord.), *Olhares sobre a História da Música em Portugal* (pp. 17-82). Verso da História.
- Santos, A. M. (2015). *Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto (1754-1924). A memória dos doentes e profissionais de saúde* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/82416>
- Saraiva, A. S. (2018). *Os Responsórios das Matinas de Quinta-feira Santa nos Livros de Coro da Capela Real de Vila Viçosa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/58082>

Anexo 1

Quadro de classificação⁴

SC / Coro da Irmandade dos Clérigos do Porto – PT/ICPTR/IC/D
SR / Partituras Manuscritas – PT/ICPRT/IC/D/044
DC / [Paixão de Domingo de Ramos e Paixão de Sexta-feira Santa] – PT/ICPRT/IC/D/044/0001
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0001
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0002
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0003
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0004
DC / [Passio in Dominica Palmarium a 4 vozes e Passio in Feria 6ª] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0001
DS / [Cantus/Tiple] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0002
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0003
DS / [Alto Tutti] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0004
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0005
DS / [Tenor Tutti] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0006
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0007
DS / [Baixo Tutti] – PT/ICPRT/IC/D/044/0002/0008
DC / Responsorios In Nativitate Domini – PT/ICPRT/IC/D/044/0003
DS / Orgão para os Cheios Só – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0001
DS / Soprano a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0002
DS / Soprano Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0003
DS / Alto a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0004
DS / Alto Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0005
DS / Tenor a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0006
DS / Tenor Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0007
DS / Baixo a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0008
DS / Baixo Repleno – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0009
DS / Orgão Invitatorio das Matinas do Natal e ditas – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0010
DS / Responsorios de Natal – PT/ICPRT/IC/D/044/0003/0011
DC / [Invitatorio de Nossa Senhora] – PT/ICPRT/IC/D/044/0004
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0001
DS / Tiple de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0002

⁴ Este quadro de classificação segue o modelo criado por Patrícia Alves, Patrícia Costa e Ana Moreira e complementa o Quadro de Classificação publicado no *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7* (Alves, P., Moreira, A., & Costa, P. (2017). *Inventário do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto – Instrumento de Descrição Documental n.º 7*. Universidade Católica Portuguesa).

DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0003
DS / Alto de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0004
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0005
DS / [Tenor de Repieno] – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0006
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0007
DS / Baixo de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0004/0008
DC / Matinas da Maternidade de N. Snr.^a a 4 vezes e órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0005
DS / Órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0001
DS / Órgão de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0002
DS / Tiple – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0003
DS / Tiple 2º Duo Verso do 5º Responsorio – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0004
DS / Tiple de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0005
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0006
DS / Alto de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0007
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0008
DS / Tenor de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0009
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0010
DS / Baixo de Repieno – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0011
DS / [Partitura geral das Matinas da Maternidade de Nossa Senhora] – PT/ICPRT/IC/D/044/0005/0012
DC / [Invitatório e Responsórios das Matinas do Santíssimo Natal] – PT/ICPRT/IC/D/044/0006
DS / Soprano Primeiro – PT/ICPRT/IC/D/044/0006/0001
DS / Soprano Segundo – PT/ICPRT/IC/D/044/0006/0002
DC / [Te Deum Laudamus a 4] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007
DS / [Órgão 1º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0001
DS / [Órgão 2º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0002
DS / [Soprano Solo] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0003
DS / [Soprano Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0004
DS / [Alto Solo] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0005
DS / [Alto Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0006
DS / [Tenor Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0007
DS / [Baixo Tutti/Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0007/0008
DC / Gradual a 4. Alleluia. Dominus dixit ad me. Filius meus es tu. – PT/ICPRT/IC/D/044/0008
DS / [Órgão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0001
DS / [Soprano 1º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0002
DS / [Soprano 2º] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0003
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0004
DS / [Parte de Tenor/Soprano] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0005
DS / [Parte de Tenor a 4] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0006
DS / [Parte de Baixo] – PT/ICPRT/IC/D/044/0008/0007

DC / Gradual a 4 e órgão. Propter veritatum – PT/ICPRT/IC/D/044/0009
DS / [Partitura geral] – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0001
DS / [Órgão a 4] – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0002
DS / Soprano a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0003
DS / Alto a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0004
DS / Tenor a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0005
DS / Baixo a 4 – PT/ICPRT/IC/D/044/0009/0006
DC / [Responsórios das Matinas da Assunção de Nossa Senhora] – PT/ICPRT/IC/D/044/0010
DS / Primeiro Coro – PT/ICPRT/IC/D/044/0010/0001
DS / Segundo Coro – PT/ICPRT/IC/D/044/0010/0002
DC / Ladainha Ad Laudem Beatissimæ Virginis Dei Matris Mariæ, A Duo, et quatuor voibus, Organo – PT/ICPRT/IC/D/044/0011
DS / Órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0001
DS / Soprano – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0002
DS / Alto – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0003
DS / Tenor – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0004
DS / Baixo – PT/ICPRT/IC/D/044/0011/0005
DS / Responsórios p.^a as Matinas do Santissimo Natal em Canto Uniforme, figurado, e de Órgão – PT/ICPRT/IC/D/044/0012
DS / Introduções e Replicas dos Responsórios de N.^a S.^a aos Ceus, Assmpta – PT/ICPRT/IC/D/044/0013
DS / [Acompanhamentos de Órgão de Missas e Hinos] – PT/ICPRT/IC/D/044/0014
DS / [Parte do Acompanhamento para Órgão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0015
DS / [Parte de Órgão das Matinas de Natal] – PT/ICPRT/IC/D/044/0016
DS / [Matinas do Dia de Natal] – PT/ICPRT/IC/D/044/0017
DS / [Parte de Órgão de várias Missas] – PT/ICPRT/IC/D/044/0018
DS / In Festo SS Apostol. Petri et Pauli ad Vesp. – PT/ICPRT/IC/D/044/0019
DS / Adoração da Cruz – PT/ICPRT/IC/D/044/0020
DS / [Partitura recente muito rabiscada] – PT/ICPRT/IC/D/044/0021
DS / [Livro de Missas em Cantochão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0022
DS / [Livro de Missas] – PT/ICPRT/IC/D/044/0023
DS / [Livro de Vésperas e Matinas] – PT/ICPRT/IC/D/044/0024
DS / Responsoria Ad Matutimun in Solemnitate Nativitatis Dōni ad usum Chori Hujus Fraternalitatis – PT/ICPRT/IC/D/044/0025
DS / [Livro de Cantochão] – PT/ICPRT/IC/D/044/0026
DS / [Livro de Coro] – PT/ICPRT/IC/D/044/0027
SR / Partituras Impressas – PT/ICPRT/IC/D/045
DS / Graduale Romanum de tempore, et sanctis ad normam missalis (...) – PT/ICPRT/IC/D/045/0001
DS / Antiphonarium Romanum de Tempore et Sanctis, ad normam Breuiarii (...) – PT/ICPRT/IC/D/045/0002

Anexo 2

Nível de descrição	Título	Código de Referência
Série	Partituras Manuscritas	PT/ICPRT/IC/D/044
Documento Composto (DC)	[Paixão de Domingo de Ramos e Paixão de Sexta-feira Santa]	PT/ICPRT/IC/D/044/0001
Documento Simples (DS)	Tiple	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0001
DS	Alto	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0002
DS	Tenor	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0003
DS	Baixo	PT/ICPRT/IC/D/044/0001/0004
***	***	***
Documento Simples	Responsorios p. ^a as Matinas do Santissimo Natal em Canto Uniforme, figurado, e de Orgão	PT/ICPRT/IC/D/044/0010
Documento Simples	Introduções e Replicas dos Responsorios de N. ^a S. ^a aos Ceus, Assmpção	PT/ICPRT/IC/D/044/0011
Série	Partituras Impressas	PT/ICPRT/IC/D/045
DS	Graduale Romanum de tempore, et sanctis ad normam missalis (...)	PT/ICPRT/IC/D/045/0001
DS	Antiphonarium Romanum de Tempore et Sanctis, ad normam Breuiarii (...)	PT/ICPRT/IC/D/045/0002